RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Pregão Presencial nº 06/2015 – Contratação de empresa seguradora para dar cobertura aos 27 veículos que compõem a frota da Câmara Municipal de Santo André.

Interessado:

Em resposta à impugnação apresentada tempestivamente pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. ao Edital do Pregão Presencial, nº 06/2015, conforme protocolo 004320, informamos que foi **INDEFERIDO O PEDIDO**, conforme decisão do Sr. Presidente às fls. 245-verso do Processo, pelas razões que transcrevemos abaixo:

Item questionado pela proponente

O item do edital questionado pela proponente é o 6.1.3 em que a mesma alega exigência do SPED juntamente com o Balanço Patrimonial, sendo que o documento do SPED para o exercício de 2014 somente será liberado pela Receita Federal em 30/06/2015.

Da exigência

O item 6.1.3 do edital segue rigorosamente o disposto do artigo 31 da lei 8.666/93 em que é exigido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social. Em relação ao SPED mencionado pela proponente em nenhum momento consta no edital. O que consta é a exigência do termo de abertura do livro Diário para empresas constituídas a mais de um ano e as que têm menos o balanço de abertura.

Análise da exigência do termo de abertura do livro Diário

A proponente alega que esta exigência constitui fato estranho ao requerido na lei de licitações.

Temos a informar que não há fato estranho ou exigência além da permitida por lei. Senão vejamos:

- o item 6.1.3 do edital assim como o art. 31 da lei 8.666/93 menciona e exigência de Balanço Patrimonial. Este documento através da lei 8.666/93 deverá ser exigido e apresentado na forma da lei.

- de acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406/02) art. 1.184 parágrafo 2º descrevemos na íntegra: “Serão lançadas no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária”.

- sendo assim o Balanço Patrimonial autêntico exigido na forma da lei é o que consta no Livro Diário.

Data limite para apresentação do Balanço Patrimonial

Conforme o Código Civil que a partir de 2002 substituiu o Código Comercial e rege as empresas especificamente dos arts. 966 ao 1.195, a data limite de apresentação do Balanço Patrimonial de um exercício financeiro será sempre até 30 de abril do ano subseqüente aos fatos registrados.

No entanto, ressalva-se que, após a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) para as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real a validade do Balanço Patrimonial se estendeu até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte, conforme prevê o art. 5º da IN-RFB nº 787/07.

Sendo assim temos duas datas limites, uma para as entidades tributadas com base no lucro real e abrangidas pelo SPED e outra para as demais empresas.

Documentos válidos para participação das proponentes no certame

Os documentos válidos conforme artigo 31 da lei 8.666/93 são os já exigíveis na forma da lei. Se um documento ainda não é exigível pois sua data de apresentação é posterior a data do certame, o documento válido é aquele do exercício em que a obrigação já foi exigida. Por exemplo um balanço que tem a sua data de apresentação até 30/06/2015 e o certame é anterior a esta data, o balanço válido é aquele que teve como data limite de apresentação a data de 30/06/2014, ou seja a do exercício de 2013.

Conclusão

Os documentos exigidos conforme item 6.1.3 estão rigorosamente dentro da lei de licitações.

A proponente deverá apresentar os demonstrativos contábeis obedecendo a data limite de apresentação das mesmas devidamente validados na forma da legislação vigente.

Santo André, 14 de maio de 2015.

Alexandre Rodrigues Silva
Pregoeiro